

Os nomes dos Timorenses: Resistência á Indonésia e Construção de Identidade Nacional

Rui Graça Feijó¹

*Estudar nomes de pessoa é estudar a pessoa –
um dos conceitos analíticos mais abrangentes e consensuais
que hoje possuímos
para estudar numa perspectiva universalizante
o ser humano enquanto ser sociocultural
João de Pina Cabral (2008a, 7)*

*O português para nós representa um troféu de guerra.
Roubamos a língua ao colonizador e fizemo-la nossa.
José Eduardo Agualusa (2009, 280)*

Introdução (onde o autor discorre sobre as origens e andanças destas ideias)

Ao desembarcar em Díli em Janeiro de 2004 para ocupar um lugar de professor na UNTL e ensinar num dos cursos que a Fundação das Universidades Portuguesas oferecia em língua portuguesa, iniciou-se um processo de confronto entre a realidade de Timor-Leste e as suas gentes, por um lado, e as ideias, impressões, informações e até sonhos que ao longo de uma vida de 50 anos se haviam acumulado na minha mente.

Desde os bancos da escola primária que se gravara no meu espírito uma forte imagem propagandística do regime salazarista (Portugal, país uno e vasto, do Minho a Timor - remetendo Timor para o extremo oposto do arco nacional em que eu vivia a minha infância, a velha província do Entre-Douro-e Minho) bem assim como a afirmação de que Portugal era ‘uma nação multi-racial e pluri-continental’, com territórios que abrangiam – depois da sempre chorada perda do Brasil que não permitia incluir as Américas no rol - a Europa, a África, a Ásia e a longínqua Oceânia (onde então se dizia que Timor se situava, em vez do Sudeste Asiático onde hoje tendemos a vê-lo), ainda mais prolongando subjectivamente a distância dos 14 mil quilómetros geográficos... Timor ficava longe, muito longe, e seria certamente muito diferente do canto em que eu crescia.

A entrada para a Universidade, em Coimbra, no início da década de 1970 veio sublinhar essa distância. Conheci então estudantes oriundos de todo o então espaço colonial português (e mesmo de algumas parcelas que já haviam deixado de o ser) com a excepção gritante de Timor.

Foi por essa altura que li em Eça de Queirós um saboroso comentário a propósito das possessões portuguesas no Oriente em finais de Oitocentos, e que se poderia aplicar com propriedade ao caso Timorense do tempo que eu vivia: ‘Elas não nos dão rendimento algum; nós não lhes damos um único melhoramento; é uma sublime luta – de abstenção’ (Eça de Queirós, s.d.: 1028)

Na verdade, o administrador colonial Capitão Armando Pinto Correia daria de Timor uma lapidar definição: ‘uma colónia sem colonos’ (Correia, 1944: 15). Luís Filipe Reis Thomaz haveria de confirmar que em vésperas do 25 de Abril – e do momentoso período que esse dia abriu – não estariam estabelecidos em Timor mais de três centenas de colonos europeus, além de um flutuante contingente militar (Thomaz, 1994: 672-673). E não esqueço que o governador Themudo Barata reconhecia não possuir um único engenheiro capaz de elaborar os projectos de melhoramentos cujo financiamento ele

¹ Para a Meg por tudo. Universidade Aberta Instituto de Ciências Sociais, Portugal. Desejo agradecer à organização da Conferência, e sobretudo a Nuno Canas Mendes, o facto de ter permitido que esta minha comunicação fosse apresentada a todos os presentes apesar da minha forçada ausência em Díli; ao Daniel Schoeter Simião a gentileza de se oferecer para fazer ele próprio a leitura da comunicação, e me ter enviado alguns materiais e as suas notas sobre o debate então suscitado; e aos participantes que ouviram com atenção o meu texto e encontraram comentários pertinentes a fazer, aos quais não terei sabido corresponder tal como mereciam. A todos o meu sentido obrigado.

desejava solicitar a Lisboa (Barata, 1995: 55), os quais em parte ainda eram concebidos como fazendo parte do pacote destinado a ressarcir o território das agruras sofridas com a ocupação japonesa no decurso da II Guerra Mundial

Se a presença efectiva de colonos era diminuta e a cobertura territorial da administração luso-falante extremamente débil, talvez que a Igreja Católica – sempre mais afoita na penetração deste território – pudesse ter sido um veículo mais persuasivo de difusão da língua portuguesa em que eu me devia fazer compreender pelos estudantes que me aguardavam. Ora, a entrevista do Bispo de Baucau inserta n' *O Sonho do Crocodilo* – filme documentário realizado por Diana Andringa - apontava para uma taxa de apenas 15% de 'cristãos' no território, e portanto estabelecia essa percentagem como uma aproximação generosa ao máximo de luso-falantes. Esta revelação andava de mãos dadas com o facto de ter ouvido vezes sem conta que as autoridades indonésias, pouco depois da invasão de Dezembro de 1975, tinham proibido o uso oficial da língua portuguesa, e de ter também ouvido a um amigo com conhecimentos em primeira mão sobre o Timor contemporâneo que uma das razões que explicaria o sucesso da Igreja Católica a erigir-se como interlocutor socialmente ancorado com um amplo prestígio local derivava precisamente no facto de ter trocado a língua de culto do português para o tétum – tarefa em que o actual Bispo de Díli parece ter estado especialmente empenhado e activo, traduzindo muitos textos litúrgicos. A minha ansiedade crescia: que português falariam os estudantes que eu ia ensinar ?

É verdade que existe uma outra face desta moeda – aquela que aproxima sentimentalmente Timor e Portugal (raiz, alias, da minha vontade de trabalhar em Díli e, depois, de me envolver na pesquisa de temas relacionados com Timor-Leste). Esse sentimento profundo ascendeu á superfície no final do Verão de 1999. A visita que Xanana efectuou a Lisboa foi palco da maior manifestação de massas que ocorreu em Portugal depois do 1º de Maio de 1974. Nesses dias recordávamos todos com emoção as imagens do massacre de Santa Cruz, as bandeirolas escritas em português, as heróicas palavras 'Vencer ou Morrer'... Mas esta face dizia mais respeito à recepção de Timor em Portugal do que propriamente à recepção de Portugal – e da língua portuguesa – em Timor-Leste.

Não vou aqui falar das dificuldades que senti em me fazer compreender por aquele grupo de jovens timorenses que me coube ensinar. Na verdade, a escolha desse grupo descuroou a ponderação de uma prova de língua portuguesa, e o mais suave que consigo ser leva-me a considerar que o seu domínio desta língua era – com raríssimas excepções – de carácter muito rudimentar. Mas a minha perplexidade perante a situação aumentou no momento em que me foi entregue a pauta com os nomes dos meus estudantes: era claramente discernível nessa listagem de uma trintena de jovens um 'universo de reminiscência' (para usarmos a expressão de João de Pina Cabral – 2008a, 11 e 15) que me era familiar. A esmagadora maioria dos meus estudantes disse-me, transbordante de orgulho: *os nossos nomes são nomes portugueses !*

'Nomes Portugueses' (generatividade onomástica e construção social)

A afirmação 'o meu nome é um nome português', ou 'o meu nome é um nome em língua portuguesa' carece de ser discutida.

Na verdade, parte dos alunos que assim se exprimiu possui nomes que podemos considerar como sendo canónicos e comuns a todas as paragens onde se fala o português: António, Vasco, Isabel, Angelina.

Um outro grupo apresentava nomes que podemos encarar, na senda de Maria José Albarran, como 'uma variável que se demarca do Português Europeu Contemporâneo', tendo sofrido uma evolução linguística e fonológica que pode ser observada a partir de uma matriz conhecida (Albarran, 2001). Situar-se-iam neste grupo casos como os do Abrão, Elder, Lízia.

Mas havia ainda um terceiro grupo: o daqueles que afirmavam serem os seus nomes portugueses sem que eu, falante nativo de português europeu, os conhecesse ou os pudesse confirmar junto da instancia do Ministério da Justiça portuguesa que supervisiona o processo de atribuição e registo de nomes oficiais (www.dgrn.mj.pt). Caberiam aqui os nomes como Crisanto, Pátia ou Rânia.

Enquanto em Portugal vigora um regime de 'catalogo semi-cerrado' no qual podem ser escolhidos os nomes a atribuir a um novo cidadão, e em circunstancias particulares acrescentar nomes a esse catalogo mediante um processo burocrático que passa pela intervenção de 'peritos académicos', catalogo esse que tem força para limitar o registo oficial de nomes, em Timor-Leste (como noutras paragens do universo lusófono, como sublinhou Manuela Carneiro da Cunha na sua lição perante o

simpósio internacional *Nomes e Pessoas: Classe, Etnicidade e Género na Complexidade Identitária*, Lisboa, ICS, Setembro de 2006) parece que estamos antes perante um ‘catálogo aberto’, regido pela imaginação e capacidade criativa, ou seja, por uma espécie de ‘**generatividade onomástica**’ ou possibilidade constante de formar e atribuir nomes que nunca antes foram usados

Este carácter aberto e construtivista do catálogo de nomes dos timorenses é plenamente concordante com uma visão da questão onomástica que desvie o centro da sua atenção dos aspectos linguísticos e fonológicos para a recentrar no cruzamento dos aspectos sociais e culturais. É por essa via que seguiremos.

A utilização generalizada pelos timorenses de nomes em ‘língua portuguesa’ foi estimada por Maria José Albarran em 98% e 70%, respectivamente para ‘nomes próprios’ e ‘nomes de família’ (Albarran, 2001,71) – apesar destes valores dependerem, como é óbvio, da definição de ‘nome em língua portuguesa’ e sua latitude. Aqui será considerado que a identificação pelos próprios e pelo seu círculo social próximo dos nomes como sendo ‘portugueses’ constitui o critério-base para a sua classificação. E esse uso generalizado, constituiu, para mim, motivo de perplexidade – que aqui procuro desconstruir.

Na verdade, tanto a debilidade dos laços entre Portugal e Timor no período colonial – entre os quais a difusão limitada da língua se deve contar – como a supressão autoritária do uso da língua portuguesa no período em que esses jovens tinha nascido sob ocupação do vizinho gigante indonésio (recordo aqui o que um dos participantes no Colóquio, em Díli, expressou com veemência: o uso da língua portuguesa em público era ‘extremamente proibido’...) pareciam, à partida, tornar essa hipótese pouco viável. No entanto, o uso generalizado de ‘nomes portugueses’ pelos timorenses que eu ia encontrando, do restaurante ao supermercado, do taxista ao mercado dos tais, exibia-se perante os meus olhos com a força de uma evidência. Este foi então o ponto de partida que me levou a procurar – já no decurso da minha segunda estadia em Timor-leste, entre Janeiro de 2005 e Março de 2006 – explorar fontes que me permitissem aceder a outras facetas deste fenómeno.

Neste contexto, explorei registos paroquiais da Igreja Católica numa freguesia vizinha de Díli; investiguei livros de registo de uma comunidade protestante em Atauro; usei os registos de matrícula dos estudantes do Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional, em Tibar; conduzi entrevistas informais e construí genealogias de timorenses com quem pude estabelecer laços de cooperação e amizade.

A imagem global que deste conjunto de fontes emergiu foi o de uma sociedade que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, se apropriou criativamente da tradução onomástica de origem colonial, e num processo em que a Igreja Católica desempenhou papel visível (mas não único, como atesta o paralelismo dos protestantes de Atauro...), aproveitando os princípios secularistas da ideologia ‘Panca Sila’ que reconhecia liberdade de prática a alguns cultos religiosos (uma espécie de ‘liberdade religiosa condicionada’), foi generalizando a nível público alargado o uso dos ‘nomes portugueses’, tanto entre adultos que até então se tinham identificado por meio de nomes ‘gentílicos’, como nas crianças que entretanto iam nascendo. Este fenómeno foi-me evidenciado com grande clareza nos registos de baptismos de famílias inteiras, por vezes com três gerações, num só dia ou em dias sucessivos²

Gramáticas de nomeação (a constituição da pessoa e o complexo identitário)

A segunda linha de reflexão a que este exercício conduziu não se prende já com a *extensão* deste fenómeno (discutida em Feijó, 2008), antes diz respeito ao seu significado e à interpretação que dele podemos fazer. O que nos remete, obviamente, para o que é legítimo ler no nome de uma pessoa.

O nome é um bem – podemos mesmo dizer: um elemento constitutivo do capital - simbólico de primeira grandeza. Ginzburg (1989, 174-178) afirma a sua universalidade, enquanto Pina Cabral assinala que ‘em todos os contextos socioculturais humanos até hoje conhecidos pela antropologia ocorrem cerimónias públicas de nomeação pessoal’ (Pina Cabral, comunicação pessoal), assim sublinhando que é raro, para não dizer mesmo impossível, separar um indivíduo do seu nome, qualquer que seja o lugar ou o

² A adopção de ‘nomes portugueses’ e o seu uso generalizado em círculos sociais alargados – que constitui o cerne desta comunicação - não significa, obviamente, que noutros quadros sociais menos abrangentes – o núcleo familiar, o círculo de amigos, as organizações políticas e de resistência, etc. – não se tenham verificado fenómenos diversos, como a persistência do nome ‘gentílico’, a adopção de alcunhas ou de ‘nomes de guerra’. Alguns desses aspectos foram já abordados em Feijó, 2008, e para ele remeto; outros, aguardam melhor oportunidade e colegas mais bem preparados para sobre eles se pronunciarem

momento histórico que encaremos, na exacta medida em que as praticas de nomeação assumem relevo na história da relação entre cada individuo e o seu grupo social de pertença.

Se o nome de uma pessoa é um elemento constitutivo da sua *persona*, e se a constituição de indivíduos enquanto *pessoa* passa necessariamente pelo processo de nomeação, este mesmo processo só produz o seu resultado esperado se for partilhado por uma comunidade que lhe atribui sentido e o interpreta. O nome das pessoas ‘articula as identidades pessoal e social dos indivíduos contribuindo assim para a constituição social e moral da pessoa’ (Rowland, 2008, 18).

Estamos aqui a colocar-nos para além da tradição euro-asiática que se baseia na ideia da dupla nomeação: um ‘nome próprio’ com uma função de *individuação*, de marcação do carácter único de um individuo, e o ‘nome de família’ que, pelo contrário, integra o individuo no seu universo de parentesco. O que desejamos sublinhar, na esteira dos estudos animados e organizados por Pina Cabral e Matos Viegas, é que existe também um nível de significação para a *gramática da nomeação* utilizada por qualquer comunidade simples ou sociedade complexa: ‘se eu posso nomear alguém com sucesso é porque eu já partilho muitos outros significados com a pessoa com quem estou a comunicar’ (Pina Cabral, 2008 a, 8). É este sentido que extravasa a comunicação dual, *one-to-one* e se inscreve no coração da comunicação aberta, social, que merece ser considerado.

No caso vertente, a aceitação (e promoção) *colectiva* dos ‘nomes em língua portuguesa evidencia mais do que a preferência pessoal, o gosto estético ou as referencias familiares e os círculos de sociabilidade de cada um dos indivíduos na medida em que esta escolha ultrapassa uma mera função denotativa e classificativa (que John Stuart Mill entendia ser apanágio único dos nomes, como refere Rowland) como a que se encontra presente, por exemplo, na existência de um numero de identificação oficial - e atinge uma dimensão propriamente *política*: contrapor às forças de diluição da identidade timorense por via de uma integração que rasurava a diferença para apostar numa homogeneização cada vez maior, e que pode bem ser subsumida no paradigma da difusão compulsiva do *bahasa* indonésio, um sinal forte de uma vontade de permanecer como um corpo social distinto, com vida própria – com um sistema de nomeação diferente.³

A recepção da herança colonial portuguesa e a sua *reconfiguração* (Elias, 1980) – num sentido bem próximo do que é referido na epígrafe de José Eduardo Agualusa que encima este ensaio - por meio de um processo criativo de *generatividade onomástica* envolve assim mais que um individuo ou o seu grupo domestico. Ela parece ter ganho uma dimensão que correu transversalmente a sociedade timorense e foi por esta usada como um instrumento simbólico de resistência (aos ventos uniformizadores que sopravam do lado indonésio) e de afirmação de uma indissolúvel *comunidade imaginada* (para utilizarmos a famosa expressão de Benedict Anderson), ou seja, de uma identidade nacional própria.

A independência cultural dos timorenses torna-se *ostensiva* quando no processo de auto-representação e auto-nomeação adoptam massivamente ‘nomes em língua portuguesa’ – uma língua que era formalmente proibida no seu território. Mais: recorrem a uma matriz que não podemos deixar de inserir no contexto da sua herança colonial para lhe subverter o sentido, a enriquecer - pois a língua portuguesa, incluindo os antropónimos, ‘é uma criação colectiva de todos os que a falam’ (Agualusa, 2009, 281) - e a potenciar como elemento libertador, inscrito na sua complexidade identitária

Ad futuro (onde o autor sugere linhas de pesquisa a seguir)

Admitindo que as ideias que acabo de expor se não podem reivindicar o estatuto de conclusões, podem pelo menos ser encaradas como suposições fortes – uma vez que alicerçadas em investigação, reflexão, divulgação e discussão academicamente balizadas – seja-me permitido, no âmbito de uma Conferência

³ Fez muito bem uma interveniente no Colóquio de Díli em sublinhar que o processo de modernização administrativa associado à ocupação indonésia incluiu a emissão de um documento de identificação pessoal, uma espécie de ‘bilhete de identidade’, do qual teria de constar, para além do nome do seu portador, a sua filiação religiosa – o que vem sustentar o argumento de que se estava perante um quadro institucional que facilitava a adesão ao cristianismo como forma de ‘nos sentirmos diferentes’ (para recuperar a expressão dessa interveniente, e por via disso, do registo de nomes ‘em língua portuguesa’, a meu ver com idêntico objectivo e propósito. No entanto, creio não haver substancia na ideia de que a escolha de nomes ‘em língua portuguesa’ partiria da hierarquia da Igreja católica; pelo contrário, a imensa capacidade inventiva a que assistimos aponta mais no sentido de uma pratica espontânea do que dirigida e controlada, sobretudo por parte de quem deveria possuir critérios mais estreitos dada a sua maior familiaridade com o português ‘canónico’

que se quer ver a si própria como um momento de reflexão sobre a investigação dos assuntos timorenses, e uma ponte entre aquilo que já foi realizado e o que merece ser considerado na agenda dos investigadores, sugerir alguns pontos que julgo deverem ser desenvolvidos.

Numa *perspectiva histórica*, haverá que procurar aprofundar a relação entre as forças em presença no processo descrito:

- de um lado, a expansão no território de Timor-Leste de uma nova administração, mais estruturada que a herança portuguesa (rede de escolas primárias e secundárias, hospitais e postos médicos, administração fiscal e fundiária, etc.) que requeria um nível de formalização no estabelecimento da identidade individual, com nome estável. Quais os mecanismos usados? Qual o impacto dos recenseamentos da população efectuados? Qual a real penetração dos documentos de identificação individual no corpo do território?

- do outro lado, qual o papel na difusão da prática abordada das instituições da sociedade timorense, como a Igreja Católica ou os credos protestantes, e mesmo que por contraste, as instituições religiosas das comunidades islâmica e da etnia chinesa? Qual a força da disseminação ‘de cima para baixo’, a partir de uma elite luso-falante, contra um possível movimento ‘de baixo para cima’, de base local e substancialmente espontâneo? Como se poderão ter conjugado?

Olhando agora para o *presente* e o *futuro*, há duas linhas de pesquisa que me parecem fazer todo o sentido. A primeira delas diz respeito ao modo como o jovem Estado da República Democrática de Timor-Leste está a lidar com o problema do registo civil. Ou seja: de que forma acolhe no seu sistema de normas e regulamentos as práticas sociais espontâneas, e até que ponto desenvolve esforços no sentido de os moldar a um padrão uniforme. Conviria saber, desde logo, se as autoridades timorenses mantêm uma abertura à existência de um património onomástico aberto, criativo, evolutivo, ou se, por algum modo, optaram por um modelo de tipo cerrado ou semi-cerrado, como o que prevalece em Portugal.

De seguida, conviria esclarecer até que ponto estará a ser institucionalizado um sistema de formação e fixação de nomes completos (‘nome próprio’ + ‘nome de família’) que se baseia no princípio da homogeneidade (ou seja, na ideia de que o modo como se forma o nome completo de todos os filhos de um casal é idêntico e formado a partir do mesmo conjunto de regras) ao mesmo tempo que respeita e reflecte práticas culturais próprias dos timorenses – práticas essas que, sendo evolutivas por natureza, conviria estudar de modo profundo.

O esclarecimento deste ponto é de capital importância para se aferir da possibilidade de ver reflectido no nome dos indivíduos – e em exercícios baseados na sua recolha sistemática - a teia de relações sociais que este, por norma, evoca.

A segunda questão prende-se com o modo como a sociedade timorense está a viver e a incorporar no seu património cultural colectivo a Independência política conquistada formalmente a 20 de Maio de 2002. E neste vasto processo, de que modo se estão a combinar um eventual renascimento dos nomes autóctones ou ‘gentílicos’, expressos na multiplicidade de línguas que se falam em Timor, e a opção por ‘nomes portugueses’ que desempenharam um papel tão relevante na construção de uma identidade de resistência no período de dominação indonésia – ao que poderíamos ainda acrescentar um terceiro vector: a incorporação da experiência de abertura da sociedade timorense e do seu contacto directo com milhares de cidadãos de todo o mundo, civis e militares, que a ONU e outras agências internacionais fizeram desembarcar neste país depois de 1999, ‘expats’ oriundos dos cinco continentes. Que nomes estão a ser dados às crianças que todos os dias nascem no Timor-Leste Independente? Há alguma tendência nova que – para além de casos pontuais que vão sendo conhecidos – se esteja a prefigurar?

*

Se o esforço for feito para desbravar estas veredas, poderemos vir a chegar a uma ampla janela com boas vistas sobre os movimentos sociais e culturais, ou a tal ‘porta de entrada privilegiada para o estudo dos grandes factores de diferenciação social e da sua operacionalização através da acção pessoal’ (Pina Cabral e Viegas, 2007: 30) tal como se prefiguram no Timor-Leste contemporâneo.

Referências Bibliográficas

Para uma listagem mais completa de referências pertinentes mas não mencionadas directamente no texto, vide Feijó, 2008 (171-172)

- Aguilusa, José Eduardo 2009, *Barroco Tropical*, Lisboa, Edições D. Quixote
- Alabarran de Carvalho, Maria José 2001, 'Panorama Linguístico de Timor – identidade regional, nacional e pessoal', *Camões*, 14 (67-79).
- _____/s/d, 'Timor Lorosa'e e direcções desviantes do Português conservado/ incompletamente adquirido na zona – contributos para uma aprendizagem da língua oficial', policopiado.
- Anderson, Benedict 1992, *Imagined Communities- reflections on the origins and spread of nationalism*, Londres e Nova Iorque, Verso
- Andringa, Diana 2002, *O Sonho do Crocodilo* (DVD), Lisboa, Fundação Mário Soares, Fado Filmes e Visão.
- Barata, Filipe Themudo 1995, 'Themudo Barata – os primeiros anos do fim' in *Encontros de divulgação e debate em estudos sociais*, Vila Nova de Gaia, Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial. Entrevista conduzida por Jaime Guedes e Maciel Morais Santos (55-61).
- Cabral, João de Pina 2008^a, 'Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate' in *Outros Nomes, Histórias Cruzadas: os nomes de pessoa em Português*, número especial de *Etnográfica*, volume 12, numero 1 (5-16)
- _____/s/d 2008b, 'Recorrências antroponímicas lusófonas', *idem, ibidem* (237-262)
- Cabral, João de Pina e VIEGAS, Susana de Matos, orgs. 2007, *Nomes: género, etnicidade e família*, Coimbra, Almedina
- Correia, Capitão Armando Pinto 1944, *Timor de Lés a Lés*, Lisboa, Agência geral das Colónias.
- Elias, Norbert 1980, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70
- Feijó, Rui Graça 2008, 'Língua, Nome e Identidade num contexto de Plurilinguismo Concorrencial – o caso de Timor Leste' in *Outros Nomes, Histórias Cruzadas: os nomes de pessoa em Português*, numero especial de *Etnográfica*, volume 12, numero 1 (143-172)
- Guinzburg, Carlo 1989, *A Micro-História e Outros Ensaio*s, Lisboa, Difel.
- Queirós, José Maria Eça de s/d (1890), *Uma Campanha Alegre*, in *Obras de Eça de Queirós*, volume III, Porto, Lello & Irmão
- Rowland, Robert 2008, 'Práticas de nomeação em Portugal durante a época Moderna: ensaio de aproximação' in *Outros Nomes, Histórias Cruzadas: os nomes de pessoa em Português*, número especial de *Etnográfica*, volume 12, numero 1 (17-43)
- Thomas, Luís Filipe Reis 1994, *De Ceuta e Timor*, Lisboa, Difel